

# DISPUTANDO CATEGORIAS: OS EMBATES E AS NARRATIVAS POLÍTICAS/MILITANTES, MUDIÁTICAS E JURÍDICAS EM TORNO DE UM CASO PÚBLICO<sup>1</sup>

COMPETING CATEGORIES: ACTIVIST MEDIA AND JUDICIAL STRUGGLES AND NARRATIVES AROUND A PUBLIC CASE

**Ana Carolina Braga Azevedo**

*ana.braga.azevedo@usp.br*

Mestranda em Antropologia Social no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (PPGAS-FFLCH/USP). Graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5593-2479>

## RESUMO

Este trabalho analisa, a partir de uma abordagem etnográfica, a circulação, os desdobramentos e as narrativas midiáticas, políticas/militantes e jurídicas, produzidos a partir do caso de um ator, posteriormente eleito deputado federal pelo Partido Social Liberal (PSL), que revela de modo jocoso ter “*pegado uma mãe de santo*” no programa de entrevistas *Agora É Tarde*, da Rede Bandeirantes. Tais desdobramentos foram produzidos a partir de disputas por significados em torno das categoriais de *estupro*, *violência sexual* ou de *gênero*, *crime*, *sexo com/e sem consentimento*, *apologia ao estupro*, *cultura do estupro*, *vítima e estuprador*, a partir da interação entre expoentes do movimento feminista e a reprise da entrevista em 2015. O campo se divide em dois momentos: o primeiro se inicia logo após a reprise da entrevista e o segundo tem início em 2016 e término em 2017. No primeiro momento do campo, a atuação de uma militante feminista ligada ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), posteriormente eleita deputada federal, ganha destaque após acusar o ator de *estuprador*. Esse movimento gerou um inquérito policial por calúnia e difamação contra a militante – que acabou sendo arquivado posteriormente. Já o segundo momento do campo se constitui quando uma ex-ministra do Partido dos Trabalhadores (PT) acusa o ator de ter feito *apologia ao estupro*, após o ator ter participado de uma audiência com o então ministro da Educação para apresentar o projeto “Escola Sem Partido”.

Palavras-chave: gênero; mídias; sexualidade; violências; moralidades.

## ABSTRACT

From an ethnographic approach, this article analyzes the circulation of meanings on alternative and hegemonic media that unfolded from an interview on a TV Show. A former telenovela actor, later elected federal deputy by a right-wing party, revealed at a television show a sex scene that could be seen as rape, when he said that he has “grabbed” a mother-of-saint (a priestess from Afro-Brazilian religion). Such unfoldings were produced from the interview

replay in 2015, revealing struggles around the meanings of *rape*, *sexual violence*, *crime*, *sex with / and without consent*, *rape apology*, *rape culture*, *victim and offender*, such debates stemming from the interaction between activists of the feminist movement. Fieldwork is divided into two moments: the first starts right after the replay of the show and the second begins in 2016 and ends in 2017. In the first period of the field, the action of a feminist activist related to the Partido Socialismo e Liberdade (Socialist and Freedom Party), who was later elected federal deputy, gains prominence after accusing the actor of *rape*. The movement sparked a libelous lawsuit against the activist - which ended up being filed later. The second moment in the fieldwork is when a former minister of the Partido dos Trabalhadores (Worker's Party) accused the actor of *rape apology*, following the actor's hearing with the then Minister of Education presenting and promoting the political project "Escola sem Partido" – School without Politics.

Keywords: gender; media; sexuality; violence; moralities.

## INTRODUÇÃO

Este artigo procura compreender a circulação, os desdobramentos e as narrativas produzidas a partir do caso de um ator<sup>2</sup>, que revela de modo jocoso ter "pegado uma mãe de santo"<sup>3</sup> no programa de entrevistas *Agora É Tarde*, da Rede Bandeirantes. Tais desdobramentos e narrativas foram produzidas a partir de disputas por significados em torno das categoriais de *estupro*, *violência sexual* ou de *gênero*, *crime*, *sexo com/sem consentimento*, *apologia ao estupro*, *cultura do estupro*, *vítima e estuprador*, que ocorreram a partir da interação entre os portais *on-line* da imprensa comercial hegemônica<sup>4</sup> e não hegemônica<sup>5</sup> (jornais, canais de televisão e *blogs*); "mídias alternativas"<sup>6</sup> (inclusive *blogs* feministas, revistas, páginas de coletivos ligados a movimentos sociais e/ou feministas no Facebook<sup>7</sup>); e movimentos sociais. Além dessas interações, o trabalho procura analisá-las em conjunto com os pronunciamentos de figuras políticas (em jornais, *blogs*, revistas ou em seus perfis pessoais no Facebook e/ou no *Twitter*) e a interação desses setores com o judiciário.

Compreendo esses diversos setores sociais como parte da "esfera pública" (HABERMAS, 2014), levando em consideração as críticas feitas por Nancy Fraser (1990). A autora pontua a importância em considerar setores que podem ter um caráter ativista como parte minoritária da "esfera pública", denominando-os como "contrapúblico" – movimentos que operam em conflito com a esfera pública hegemônica. Embora possuam alcance social e poder assimétricos, esses setores se enfrentam constantemente, sofrem então, processos de influências mútuas – o que acaba produzindo pequenas cedências (ALMEIDA, 2013). Além desse processo, entendo que as categorias aqui apresentadas estão em constante transformação ou constituição, que envolvem disputas constantes entre esses setores sociais para reconhecer (HONNETH, 2017) essas novas noções ligadas à violência sexual.

Parto do suposto, elaborado por Heloisa Buarque de Almeida (2017; 2019), de que tais noções anteriormente não eram necessariamente significadas desta forma e que há um processo de transformação social notável nas “mídias alternativas” ligadas ou não a movimentos sociais. Sendo que esse processo, para ser compreendido no seu conjunto, precisa reconhecer o papel do público tanto em termos do próprio processo de codificação e leituras da mensagem transmitida (HALL, 2003), quanto pensando esse público como agente na produção de conteúdo – papel que foi possibilitado através dos mecanismos da web 2.0 (ALMEIDA, 2013).

O campo tem início em 25 de fevereiro de 2015, após a reprise da entrevista na qual o ex-ator de telenovelas revela narrando de modo jocoso “*ter pegado uma mãe de santo*” no extinto programa de entrevistas *Agora É Tarde*<sup>8</sup>, da Rede Bandeirantes<sup>9</sup> – programa que se enquadrava no gênero *late-night talk show*<sup>10</sup>. Durante a entrevista, o apresentador do programa pede para o ator e atual deputado federal, pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), contar uma história engraçada da sua vida. Ele começa: “*eu comi uma mãe de santo*”; contextualiza a história e diz que “*não resistiu*” e que ficou extremamente excitado ao ver as “*curvas*” dessa mulher. Conta que esse desejo incontrolável o fez virar a mãe de santo de costas, colocá-la de quatro, erguer sua saia, agarrá-la e segundo ele “*mandar ver*”. Durante a descrição e tentativa de reinterpretação da cena, o ator, o apresentador (que não se ausenta durante a revelação, fazendo comentários sarcásticos) e a plateia riem incessantemente.

Essa entrevista repercutiu nas “mídias sociais” – Facebook e *Twitter* – produzindo visibilidade do caso na mídia comercial. Nessa primeira fase do campo uma militante feminista ligada ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), posteriormente eleita deputada federal, entra em cena acusando o ator de *estuprador*, o que gera um inquérito policial por calúnia e difamação contra a militante – que acaba sendo arquivado. Já a segunda parte do campo que tem início em 2016 e término em 2017, se constitui quando uma ex-ministra do Partido dos Trabalhadores (PT) acusa o ator de ter feito *apologia ao estupro*, após este ter participado de uma audiência pública com o então ministro da Educação para apresentar o projeto “Escola Sem Partido”.

Ambos os casos e seus desdobramentos não obtiveram “grande repercussão” no que estou qualificando de “mídia comercial hegemônica”, durante o campo percebi que o caso gerou poucos conteúdos – pensando no número de produções por mídia, cada uma produziu no máximo três matérias sobre o caso. Tendo isso em vista, optei por coletar conteúdo/matérias das mais diversas mídias até obter um número substancial de produções para uma análise satisfatória. Para a análise desse material empreguei a estratégia metodológica de Christine Hine (2000; 2015), que toma a internet como um texto produzido em

contextos culturais específicos, que podem ser acessíveis ao pesquisador mesmo após um longo tempo de sua produção. Para compreender esses contextos, a autora sugere uma abordagem etnográfica, pois se trata de uma abordagem que é capaz de se adaptar metodologicamente às condições que encontramos em campo, além de ser uma abordagem que permite que o antropólogo, impactado com o campo, incorporar a prática antropológica à teoria (MAGNANI, 2009; PEIRANO, 2014). Diante desse campo disperso e complexo, tentei “seguir o conflito”, como sugere George Marcus em *Ethnography through thick and thin* (1998), utilizando a etnografia multi-situada (multilocal) para compreender os usos, significados e disputas em torno dessas categorias nas mídias, nas militâncias e na justiça.

Foi seguindo o conflito e as disputas em torno das categorias ligadas à violência sexual que comecei a delimitar o meu campo e pensar metodologias e bibliografias capazes de organizar e classificar a diversidade do material empírico coletado durante a pesquisa etnográfica: (1) relato de campo sobre as manifestações públicas ocorridas no dia do julgamento da segunda instância do caso entre a ex-ministra e o ator; (2) entrevistas realizadas tanto com a atual deputada federal (PSOL) quanto com a ex-ministra da extinta Secretária de Políticas para as Mulheres (PT); (4) material digital: portais *on-line* de “imprensa comercial hegemônica” e “não hegemônica” (jornais, *blogs*, revistas, canais de televisão); e material produzido pelo que nomeamos de “mídia alternativa” (*blogs* feministas ou não; revistas; páginas de coletivos ligados a movimentos sociais ou/e a movimentos feministas no Facebook).

Para análise das narrativas produzidas pelas mídias, organizei os conteúdos produzidos em duas tabelas qualitativas no *Excel*: uma para o material produzido pela mídia comercial e outra para a mídia alternativa<sup>11</sup>. Os conteúdos foram organizados a partir de critérios que permitiram a comparação. Procurei pensar esse material digital a partir das formulações teórico-metodológicas propostas por Heather Horst e Daniel Miller (2012), que compreendem a internet como um espaço de sociabilidade, interação e disputas simbólicas que não estão apartados de outras esferas. Isto é, o *on-line* não é simplesmente um fenômeno que o contexto *off-line* pode explicar diretamente (MILLER; SLATER, 2004). Assim sendo, ambos os contextos precisam ser compreendidos e analisados a partir de suas imbricações e relações complexas de implicações mútuas (PARREIRAS, 2008; BELELI, 2015).

### FOI ESTUPRO OU APENAS UMA PIADA?

*Fiquei olhando aquele bundão! Vou comer!  
Peguei o braço dela, “botei” ela de quatro. Ergui sua saia, agarrei e  
mandei ver!*

Gozei!  
*Era tanta pressão que ela apagou. Larguei no chão  
Levanta filha da puta!*

As frases acima foram ditas e encenadas pelo ator durante a entrevista no *Agora É Tarde*, que foi transmitida pela primeira vez no dia 22 de abril de 2014 (nesta primeira exibição não houve repercussão) e *postada* no *YouTube* no dia 25 de maio de 2014. Em agosto de 2018, período em que os dados dessa pesquisa foram coletados, esse vídeo contava com cerca de 602.169 mil visualizações. Em 25 de fevereiro de 2015, uma quarta-feira à noite, essa mesma entrevista é reprisada no *Agora É Tarde* e gera grande impacto nas mídias sociais – Facebook e *Twitter*. Grande parte dessas manifestações/produções interpretou a história como uma cena de *estupro*, ou melhor, como a confissão de um *estupro*, qualificando o ator como *estuprador* e em alguns momentos como *racista*. Uma página no Facebook, que se denomina antirracista, posta parte da entrevista e produz a seguinte legenda: “‘comeu’ ou estuprou!?!; não houve consentimento; o cara apagou a mãe de santo com violência; aplausos calorosos a uma cena de estupro; é isso que a sociedade faz com o machismo e o racismo, aplaude”. Em maio de 2018, esse vídeo contava com 3.019.363 visualizações, 15 mil curtidas, 7,5 mil comentários e 27.407 mil compartilhamentos.

Essas produções – vídeos, *notas de repúdio* e *posts*<sup>12</sup> – nas “mídias sociais”, produzidas logo após a reprise da entrevista em 2015, geraram muitos debates nos espaços dessas redes que só repercutiram na mídia comercial a partir do dia 2 de março de 2015. Outras páginas de Facebook também se pronunciaram, produzindo *notas de repúdio* com a finalidade de questionar a postura do ator, do apresentador e do programa – além de qualificar a cena como *estupro*. Como por exemplo, a página de Facebook de um coletivo ligado a movimentos sociais, que atua no Rio de Janeiro e se denomina mídia independente, e que foi responsável por publicar duas *notas de repúdio* em sua página. A primeira nota divulgada no dia 27 de fevereiro e a segunda no dia 3 de março de 2015. Essa primeira *nota de repúdio* foi reproduzida em conteúdos produzidos pela “mídia comercial não hegemônica” como por exemplo, nas matérias dos jornais: *EL PAÍS Brasil*, *O Povo*, *Folha da Região*, *Midiamax*, *Conexão Jornalismo*, pelo portal de notícias *BHAZ*, e pelos *blogs Púlpito Cristão* e *Oséias 4-6*, que citaram o seguinte trecho:

Um crime hediondo foi confessado e aplaudido em rede nacional. Como isso é possível? Ora, num país onde uma mulher é estuprada a cada 12 segundos, não é difícil compreender que uma estatística alarmante como essa é produto de uma cultura que valoriza e cotidianiza a violência sexual (Nota publicada pelo coletivo em 27 de fevereiro de 2015).

Essa mesma *nota de repúdio* abordou também a questão do racismo e do preconceito contra religiões de matriz africana, no seguinte trecho:

Além da violência sexual é carregado de racismo, pela forma desrespeitosa com que (nome do ator) se refere a uma fé de matriz afro. Notem que o discurso por ele empregado coloca os elementos religiosos num plano de baixa estereotipagem e excentricidade que facilitaria a ridicularização, criando um cenário onde a mulher se torna ainda mais frágil – passando de vítima a personagem cômico de uma cena apelativa (Nota publicada pelo coletivo em 27 de fevereiro de 2015).

Embora essa questão racial e do preconceito religioso sejam elementos relevantes para compreender tal cena, ao longo do campo, notei que parte do movimento feminista e do movimento social deixou essas questões de lado, silenciando-as. Pelo o que eu pude perceber, foram pouquíssimas as produções que comentaram essas questões e as poucas que mencionaram não são mídias que se auto denominam *feministas*. No fim, essas questões por serem ao longo do próprio processo da repercussão nas “mídias sociais” frequentemente silenciadas, no momento que o caso chega na mídia comercial, tanto na “hegemônica” quanto na “não hegemônica”, essa questão racial e do preconceito religioso acaba não sendo nem mencionada. Aos poucos a *figura da mãe de santo* como “*a vítima do estupro*” vai sendo deixada de lado, a falta de um nome e de um rosto faz com que ela seja lida como fictícia por grande parte da “mídia comercial hegemônica”; e o fato dela ser uma “mulher” faz com que seja lida pelos movimentos sociais e feministas, na maior parte dos casos, apenas como uma *vítima de estupro*. Além disso, notei em campo que parte desses movimentos ligados ao “feminismo jovem” olham para a cena como um *crime* que foi cometido principalmente pelo fato de a *vítima* ser uma “mulher”, e não pelo fato dela também ser uma mãe de santo e “*a morena das canelas grossas*” – característica ressaltada pelo ator.

Segundo Kimberle Crenshaw (2008), a política de identidade, neste caso, acionada para reivindicar “justiça” pelo crime cometido, frequentemente confunde ou ignora o que a autora chama de diferenças “intragrupais”. A autora apresenta o termo “interseccionalidade” como forma de pensar que a violência contra “mulheres” – no plural – é experienciada de diferentes maneiras e muitas vezes moldada por outras dimensões como: raça e classe.

A página de um coletivo feminista que ganhou destaque em 2015 a partir de debates envolvendo questões relacionadas ao *assédio* e à *violência contra as mulheres* também se pronuncia e acusa o ator, o apresentador, o programa e as “mídias comerciais” como responsáveis por *naturalizar* certos fatos relacionados à *violência sexual*, como (re) produtoras da *cultura do estupro*:

Estaria a mídia abrindo mão do público feminino? Até quando vamos ler artigos que ridicularizam mulheres (alô, Revista Veja) e homens sendo ovacionados ao admitir estupros em rede nacional? Está na hora dos veículos de comunicação assumirem sua responsabilidade como patro-

cinadores da violência contra a mulher. Isso NÃO É ENTRETENIMENTO (Publicação na página do coletivo feminista no Facebook).

A indignação desses setores diante de tal entrevista parte do fato de tal cena ter sido encenada aos risos e em um canal aberto de televisão. Para esses setores foi uma cena de *estupro*, em momento algum se questionam se tal história é *fictícia* ou *real*. Além disto, notei que grande parte dessas produções não explicam o que é *estupro*. Em síntese, o esforço empreendido por esses setores busca: (1) que a “mídia comercial”, principalmente a “hegemônica”, o ator e o programa interpretem a tal história como *estupro*; (2) e que esses setores e pessoas se reconheçam como (re)produtoras da *cultura do estupro*. Além disso, pude perceber através dos dados coletados em campo e devidamente articulados, que a narrativa desenvolvida por esses setores é sempre coletivizada: há sempre uma prestação de solidariedade à dor sofrida pela mãe de santo e à dor sofrida por todas aquelas que já sofreram as consequências da *cultura do estupro*. Para Axel Honneth (2017), a luta pelo reconhecimento sempre se inicia pela experiência do desrespeito dessas formas de reconhecimento, e a busca por justiça, como aponta Roberto Efreim Filho (2017), requer a disputa pela legitimidade de “quem é a pessoa que deve ser reconhecida como *vítima*”.

Pensando na categoria *vítima* e o fato do caso não apresentar uma *vítima* que tem rosto e identidade, pude perceber um esforço desses movimentos sociais na construção de não apenas uma *vítima*, mas de *vítimas*. Assim sendo, a intenção desses movimentos sociais é também a construção da categoria *cultura de estupro* e não apenas *estupro* – categoria esta que de acordo com os discursos analisados une “*todas as mulheres e nos faz todas nós vítimas*”. Cynthia Sarti (2014) ressalta que a construção da “figura da vítima” é pensada como uma forma de conferir reconhecimento social ao sofrimento, circunscrevendo-o e dando-lhe inteligibilidade, por isso o esforço constante da construção de *vítimas*, neste caso.

A maior parte dessas produções começa com as estatísticas lamentáveis sobre estupro no Brasil, como a *nota pública* do coletivo citado acima: “*No Brasil, uma mulher é vítima de violência sexual a cada 12 segundos. A mídia em geral cumpre com um papel muito negativo de naturalização da violência contra a mulher*”; e lamentam que a mídia tenha esse papel na produção dessas *violências*, como ressalta o *post* do coletivo *feminista* citado anteriormente. Algumas produções trazem relatos pessoais mostrando como a *cultura do estupro* opera, como por exemplo, a postagem feita no *blog* de outro coletivo *feminista*: “*a brutalidade é parte do fetiche, é natural estuprar e achar que foi sexo, que não foi violento*”. Lynn Hunt (2009) destaca a importância das narrativas pessoais presentes em romances para produzir um senso de igualdade a partir da identificação com o outro e assim produzir empatia. Segundo Maria Rita Kehl (apud SARTI 2011, p. 93), solidariedade é

um sentimento em relação a alguém considerado como igual, ou seja, supõe, em algum nível, uma identificação.

Essas construções narrativas na intenção de produzir empatia em relação às *vítimas* da *cultura de estupro* acabam silenciando e apagando outros elementos presentes na *figura da mãe de santo*, como a questão do preconceito religioso e racial. Ou seja, a gramática moral que foi elaborada e empreendida por movimentos sociais e feministas parte da construção de uma *vítima* que é “mulher” sem raça, classe e outras tantas marcas que perpassam os corpos e “existem *em* relação entre si e *através* dessa relação” (MCCLINTOCK, 2010, p. 19), marcas essas que influenciam diretamente nas dinâmicas e relações sociais. Por fim, essa construção da “figura da vítima”, que tem como objetivo produzir empatia e a partir dela, luta por justiça, acaba por elaborar certos padrões normativos (BUTLER, 2017) de “quem pode ou não ser vítima”.

Foi somente a partir dessas movimentações nas “mídias sociais”, por parte de setores ligados a movimentos sociais, que a “mídia comercial” se pronuncia sobre o caso. Essas produções têm início a partir do dia 2 de março de 2015, e os conteúdos giram em torno de que o ator *confessa*, narra um *suposto estupro* ou “*estupro*” (sempre com aspas), e que essa “história” teria produzido *polêmica, crítica, revolta na “web”* ou “*nas redes sociais*”. Essas matérias, em sua maioria, possuem tom investigativo, e na busca pela construção da “imparcialidade” tentam trazer as diferentes narrativas e opiniões acerca do caso. A construção das matérias, na maioria das vezes, inicia-se com a reprodução de alguns trechos da entrevista com o ator, retomando a narrativa encenada e seguida pelo *link* da entrevista, depois reproduzem alguns pronunciamentos feitos no *Twitter* por figuras políticas, em forma de imagens de *prints*<sup>13</sup>, citam também partes das *notas de repúdio* e *posts* produzidas pelas páginas de Facebook que interpretaram a cena como um *estupro*, e, por fim, citam os pronunciamentos feitos pelo apresentador do programa que até o momento afirmava que a história era apenas uma piada.

Como por exemplo, uma matéria produzida pela *Folha de São Paulo* no dia 2 de maio de 2015 que se inicia com um breve resumo: “(nome do ator) *relata ter feito sexo com uma mãe de santo, cujo nome o ator diz não se lembrar*” e diz: “*parece se tratar de um estupro*”. Após essa introdução, o jornal diz: “*real ou não foi considerado apologia ao estupro e gerou uma onda de críticas*” e termina “*A Folha tentou entrar em contato com (nome do ator) e (nome do apresentador), mas não obteve resposta até a publicação desta nota*” – tom que faz parte da tal “imparcialidade” que este e outros jornais tentam construir. Podemos notar que a preocupação imediata dessas produções jornalísticas é se a “história” seria *real* ou *fictícia*. Abordagem completamente diferente dos conteúdos produzidos pelas “mídias alternativas” (*blogs*, páginas no Facebook e revistas).

Analisando essas produções pode perceber que o formato, em termos estruturais e no que diz respeito às informações contidas nos



conteúdos, não variou muito, o que realmente diferiu foi como essas mídias articularam essas informações. Para compreender esse contexto, é preciso entender que esses jornais estão submetidos a uma lógica comercial. Pierre Bourdieu (1997) caracteriza esse campo jornalístico a partir da “mentalidade-índice-de-audiência”, em que a concorrência pela clientela se dá pelo furo da notícia, o que gera uma homogeneização da produção. Contudo, embora haja uma homogeneização da informação, fruto dessa lógica mercadológica, os discursos contidos nesses conteúdos não são homogêneos, pois, como aponta Jair de Souza Ramos (2012), a busca competitiva pelo “furo” também se alia a uma busca pelo “novo”, ou seja, de narrativas diferentes.

O campo mostrou que essa diferença estava no modo como essas mídias qualificavam o ator. Articulando os dados, notei que “mídias comerciais hegemônicas”, como portal *uol*, portal *IG*, portal *terra*, qualificaram o ator de maneira positiva, descrevendo-o como *empresário* e *diretor*, além disso, narraram o caso como um *suposto estupro*. Já outras “mídias hegemônicas” o qualificaram de maneira neutra, referindo-se a ele pelo nome ou qualificando apenas como *ator*. Notei que essas mídias que classifiquei como “comerciais hegemônicas” possuem maior rigor no quesito “imparcialidade”. Já as mídias “comerciais não hegemônicas”, representadas por jornais de pequeno alcance social (como jornais de alguma região ou cidade), possuem abordagem diferente, grande parte delas, qualificaram o ator de maneira negativa, descrevendo-o como *ator-pornô* ou *ex-ator pornô*, além disso, narraram o caso como “(nome do ator) *confessa estupro*”. O tom utilizado nas produções dessas mídias é de “fofoca”.

Já os conteúdos produzidos pelos *blogs* que classifiquei como “mídias comerciais” (pelo fato de apresentarem anúncios) qualificam o ator de maneira negativa como *ator-pornô* e *depravado*, e narram o caso tratando o ator como *criminoso* e *estuprador*. Esses conteúdos produzidos por esses *blogs* possuem um formato e uma proposta diferente dos textos jornalísticos “tradicionais”, pois produzem textos de opinião – alguns em tom de “fofoca”. Essas produções qualificam o ator como *ator-pornô* ou como *ex ator pornô* com o objetivo de desqualificar seu discurso por conta desta “imoralidade”. Um exemplo de narrativa que articula o *estupro* com o fato dele ter sido ator pornô é exposto por um *blog* evangélico, cuja o título foi: “o estupro da mãe de santo e a depravação inata do brasileiro”, essa narrativa qualifica o ator como: “*criminoso, estuprador, réu da justiça divina*”. A matéria concorda que a cena narrada pelo ator no programa de entrevistas se trata de um *estupro*, um *ato criminoso*, e traz o argumento presente na *nota* publicada pelos coletivos de movimentos sociais.

Podemos notar através do exemplo exposto acima que o caso é narrado a partir da própria imagem do ator, ou seja, ele é julgado como “imoral” por ter sido ator pornô. Além disso, essa mídia articula o fato

de ele ter sido ator pornô com o fato de ter cometido um estupro. Gayle Rubin (2017) aponta a importância de pensar a sexualidade através de um sistema de poder que recompensa e incentiva alguns indivíduos ao mesmo tempo que pune e suprime outros. No fim, a autora concluiu que esse sistema acaba produzindo discursos em que “perversos sexuais” (neste caso, representado pela figura de um ator pornô) cometem crimes sexuais. Além dessa lógica que pune e regula, essas práticas também colaboram para a construção da “figura do autor da violência” como “monstro” (LANDINI, 2006).

Podemos notar que as narrativas entre as “mídias comerciais” não são homogêneas, entretanto diferem radicalmente das narrativas produzidas pelos movimentos sociais. Essas narrativas midiáticas, principalmente as produzidas pela “mídia comercial hegemônica”, demonstraram insensibilidade ao caso por problematizarem a noção de *violência sexual* e a ideia de *consentimento*, o que revelou os dilemas de construções de gênero, os padrões hegemônicos e os conflitos sociais referentes aos comportamentos adequados para “homens” e “mulheres”, ou à normatividade de gênero (BUTLER, 2017). Entretanto, embora a “mídia comercial” não concorde completamente com os discursos dos movimentos sociais, notei que as disputas produzidas na interação desses setores geraram pequenas cedências. Um exemplo dessas cedências é a mudança de narrativa sobre o caso construída pelo portal *uol*. No dia 22 de abril do ano de 2014, ano da primeira exibição da entrevista, o portal *uol* produziu uma matéria na seção *TV e famosos*, cujo título foi: “*Eu já transei com uma mãe de santo*”. A matéria corta alguns trechos da entrevista e a reconstrói formando uma narrativa que dá a entender que a cena é sobre a revelação de uma *transa engraçada e espontânea*. Ou seja, nessa primeira narrativa a história foi lida como *real* e como *sexo*.

Já em 2015, ano da reprise da entrevista, após e somente por conta da repercussão nas “mídias sociais” a narrativa se transforma. O portal *uol*, na mesma seção *TV e famosos*, produz uma matéria divulgada no dia 2 de março, intitulada: “*(nome do ator) narra suposto estupro na TV e é criticado nas redes sociais*”. Nessa segunda narrativa a extensão da matéria triplica e ao invés dos cortes, a matéria apresenta quase que a transcrição inteira da entrevista. Além disso, revela também os pronunciamentos dos coletivos feministas e os comentários do apresentador do programa dizendo que a história não passava de uma “brincadeira”. Nessa narrativa, o portal trata a história como um *possível estupro*, dado que não dá para afirmar se “*houve ou não consentimento no ato sexual*”.

Essa pressão provocada por movimentos sociais nas “mídias sociais” faz com que a “mídia comercial” produza um conteúdo diferente do produzido anteriormente, a mudança é evidente: passa do *transei* para o termo *suposto estupro*. Além disso, há um reconhecimento de que o *consentimento* é parte fundamental da definição de *estupro*. Podemos notar que para além dessas pequenas cedências, a interação entre

esses setores produz novas ideias culturais acerca do feminino e do masculino, que colaboram para a produção do que Teresa de Lauretis (1994) nomeia como “tecnologia de gênero”, além de colaborar também para a própria construção da realidade social e cultural (ALMEIDA; MARACHINI, 2017).

Essa repercussão do caso na “mídia comercial” fez gerar novas movimentações por parte dos setores sociais ligados a movimentos sociais e feministas. Na madrugada do dia 2 de março de 2015, após alguns jornais publicarem matérias sobre o caso, uma internauta, atual deputada federal pelo PSOL, *cria* o evento no Facebook: “*Mutirão para levar (nome do ator) para o Camburão. ESTUPRO É CRIME*”. Cerca de 5,7 mil usuários confirmaram presença no evento. Em entrevista com a militante feminista, ela nos conta que na época que fez o evento: “*estava na moda fazer eventos de mentira, de brincadeira com alguma temática (...) virou um método, uma ferramenta muito utilizada criar eventos no Facebook*”, então resolveu *criar* esse evento com a intenção de “*fazer uma campanha on-line*”. Analisando o evento, notei que essa nova movimentação, além de buscar o reconhecimento das categorias citadas no texto, há também uma luta por justiça, quer responsabilizar o programa e punir o *crime* cometido pelo ator:

Estupro não é piada, estupro é crime! É inaceitável que (nome do ator) relate em rede nacional que estuprou uma mulher, faça piada com o abuso e saia impune. Vamos denunciar nas redes esse absurdo e fazer um grande mutirão para levá-lo ao camburão (Descrição do evento “Mutirão para levar [nome do ator] para o Camburão. ESTUPRO É CRIME!”).

A atual deputada federal faz também um abaixo-assinado *on-line* que foi entregue ao Ministério Público de São Paulo pedindo que a tal história fosse averiguada e o ator condenado pelo *crime de estupro*. Essa movimentação fez o ator produzir respostas, uma delas foi abrir um Inquérito Policial por calúnia e difamação contra a militante. O inquérito não foi adiante. A defesa alegou que a história era *falsa* e que foi apenas uma “*piada muito bem contada*”. Além disso, o ator diz que a prova de que a história é *falsa* é que a mãe de santo não existe: “*ela não tem nome na história porque é fictícia*”. Ou seja, para ele é *injusto* o acusarem de *estuprador*:

Não vou me calar diante dessa brutalidade. Não pensaram na minha família, filhos em colégios e esposa. Eu não vou aceitar a calúnia levantada a meu respeito de uma história de ficção, uma piada, (gostar ou não todos tem direito), estamos em um Estado democrático, criticar ok, julgar jamais.

Os discursos e as disputas produzidas pelo ator frente às acusações giram em torno da questão da *liberdade em roteirizar*. A *injustiça* está no ato de *julgar* uma piada e condená-lo por isso. A partir desses discursos sobre liberdade e moralidade, o ator se constrói como a “verdadeira

vítima da história”, para isso, reivindica a “liberdade” em produzir humor e não ser julgado moralmente por essa produção.

A partir dessa movimentação, a acusação passa de *estupro* para *apologia ao estupro*. Em entrevista realizada com a militante feminista e atual deputada federal, ela conta que após esse confronto com o ator (que dirigiu comentários agressivos em seu perfil no Facebook), recebeu recomendações de sua advogada para usar a categoria *apologia ao estupro* em vez de *estupro*, pois, segundo a advogada, ela se aplicaria melhor ao caso, no entendimento judicial. Após essa recomendação, a categoria *apologia ao estupro* passou a ser mais utilizada por parte dos movimentos sociais, embora continuassem a interpretar a tal cena como uma *confissão de estupro*. Após esses debates e repercussões, o programa *Agora É Tarde*, que já apresentava baixa audiência, é cancelado no dia 27 de março de 2015, um mês após a repercussão nas “mídias sociais”.

## DE UM CASO NA MÍDIA À POLÍTICA NACIONAL: DO ESTUPRO À APOLOGIA AO ESTUPRO

O segundo desdobramento do campo que gera essa nova fase de produção de conteúdo se inicia quando o então ministro da Educação, pelo Democratas (DEM), recebe o ator para uma audiência, ocorrida no dia 25 de maio de 2016. Em audiência que tinha a intenção de discutir propostas para os rumos da educação no Brasil, o ator e atual deputado federal foi o primeiro indivíduo da sociedade civil a ser recebido pelo então ministro. Nessa audiência, o ator e outras figuras (militantes e membros de um grupo de Facebook ligado às campanhas pró *impeachment*) apresentam o projeto “Escola Sem Partido”. Projeto este que defende o fim do que os idealizadores chamam de “*doutrinação ideológica das escolas*”, a qual inclui a “*doutrinação da ideologia de gênero*”. Esse projeto foi desenvolvido em conjunto com o então deputado federal e atual presidente do Brasil, pelo Partido Social Liberal (PSL), após os tais “*ataques*” sofridos pelo ator pelas tais “*feministas e esquerdistas*”.

Após essa visita, a ex-ministra da extinta Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) postou o seguinte *tweet*: “(nome do ator) não só assume ter estuprado, mas fez *apologia ao estupro*”, criticando a postura do ministro em aceitar a visita do ator para discutir projetos para a educação, considerando que ele não tem nenhuma qualificação específica na área de educação. Em entrevista com a ex-ministra, ela diz que recebeu essa notícia no período em que “*havíamos sido golpeadas*”. Conta também que antes desse *tweet*, ela já havia se confrontado com o ator em 2014, quando ele deu a tal entrevista, e que na época se pronunciou em nota dizendo que “*era inaceitável que um artista pornô tivesse ido ao programa aberto e falado aquelas barbaridades em total desrespeito às mulheres e incentivando a cultura do estupro*” e finaliza “*ele se calou porque na época eu era ministra*”. Após essa declaração

no *Twitter*, o ator constrói sua defesa dizendo que apenas contou uma “*anedota em tom jocoso*” na TV e que essas manifestações contra sua pessoa seriam injustas e teriam lhe causado “*mal e enjoo*”. Decide então mover uma ação judicial por danos morais contra as declarações da ex-ministra, pedindo o valor de 35 mil reais de indenização. Até esse momento, não há muita produção de conteúdo midiático.

A primeira audiência de reconciliação sobre o caso ocorreu no dia 6 de setembro de 2016. A intenção era que houvesse conciliação, mas a ex-ministra recusou o acordo e afirmou: “*com golpista e machista não há conciliação [...] a minha história jamais permitiria [...] não pedi desculpas*”. Após recusar o acordo na audiência de conciliação, a ação judicial se transformou em um processo por danos morais contra as declarações da ex-ministra. Podemos notar que tanto na primeira parte do campo quanto na segunda há uma busca por justiça por parte dos setores sociais ligados a movimentos sociais e feministas frente às declarações do ator, mas quem vai à justiça e tenta processar essas mulheres é ele.

No dia 4 de maio de 2017, foi proferido a público o resultado da primeira audiência<sup>14</sup> do processo: a ex-ministra foi condenada a pagar 10 mil reais. Após essa decisão, há uma grande produção de matérias nas “mídias comerciais”, principalmente na “hegemônica”. Nessa fase do campo, notei que a maior parte dos conteúdos produzidos por essas “mídias comerciais” estava localizada nas seções de “política” ou nas de “cidadania” e possuíam tom informativo – diferente da primeira fase do campo em que as produções jornalísticas estavam localizadas majoritariamente na seção “TV e famosos” e possuíam um tom de “fofoca”. Além disso, nessas produções a ênfase é dada à categoria *apologia ao estupro*, já as outras categorias como *cultura do estupro* ou até mesmo *estupro* se perdem nessas narrativas – provavelmente por conta do próprio espaço dessa fase do campo, que se deu na esfera jurídica.

A condenação da ex-ministra se deu, pois no entendimento da juíza que julgou o caso, o encontro do ator com o então ministro da educação teria sido marcado com o objetivo único de tratar sobre questões de educação no país. A partir dessa interpretação, a juíza concluiu que as críticas da ex-ministra só poderiam estar relacionadas a esse tema, o que não ocorreu, pois, segundo a juíza: “*houve derivação para a pessoa do autor*”. Após a condenação, a ex-ministra faz um *post* em sua conta pessoal no Facebook lamentando a decisão judicial:

Tal sentença assinada por uma mulher revolta a todas as mulheres, pois o estupro é crime hediondo e inafiançável. Lamentavelmente a condenação não atinge só a mim, mas as mulheres que lutam há séculos contra o estupro, contra as violências de gênero. A minha condenação é a legitimação da cultura do estupro.

Novamente percebe-se uma coletivização e solidarização da luta por justiça, ligadas ao reconhecimento dessas categorias. Após a condenação, como já dito, há uma grande produção de conteúdo na

“mídia comercial” noticiando o ocorrido, assim como na “mídia alternativa” – que produziu conteúdos repudiando a decisão judicial. Neste momento, destaca-se as produções das “mídias alternativas” de movimentos sociais e feministas ligadas ao Partido dos Trabalhadores (PT). Além desses pronunciamentos – que se destacam por produções em *notas de repúdio* e de *apoio* à ex-ministra – esse período se destaca pela construção da campanha “*Todas Por (nome da ex-ministra)*”, campanha que foi lançada em forma de página no Facebook. Ao longo dos meses entre a primeira e a segunda audiência, a página era usada para postar todos os depoimentos e declarações – em forma de *posts*, *notas* ou até vídeos – a favor da ex-ministra. Além desses setores, houve mobilização de outros movimentos sociais ligados aos direitos das mulheres e aos movimentos feministas, além de uma articulação, embora pequena, de grupos feministas que atuaram na primeira fase do campo. O caso da militante feminista do PSOL volta à cena, agora a “internauta” aparece como vereadora da cidade de São Paulo, eleita em 2016. Logo após a condenação, a ex-ministra em conjunto com a então vereadora e atual deputada federal pelo PSOL escrevem uma carta que é publicada, no dia 10 de maio de 2017, no jornal *Folha de São Paulo* e divulgada pelo portal *uol*, na seção a “*#AgoraÉQueSãoElas*”, intitulada: “*(nome do ator) não nos calará*”.

Após a primeira instância e a publicação dessa carta, as produções de conteúdos na “mídia comercial” se encerram. Nesse momento, há apenas produções na mídia alternativa – campanha “*TodasPor(nome da ex-ministra)*” e algumas matérias produzidas por mídias ligadas ao PT. A segunda instância ocorre no dia 24 de outubro de 2017. Alguns dias antes, a ex-ministra retoma o caso, faz pronunciamentos e dá entrevista para o jornal *Seu Jornal*, na TVT, classificado como “mídia alternativa” e ligada ao PT, dizendo: “*É um absurdo que uma pessoa que fez apologia ao estupro fosse ao ministro da Educação sugerir políticas para a nossa juventude*”. Durante a entrevista também conta que na audiência de conciliação, ocorrida no dia 6 de setembro de 2016, foi oferecido um acordo, no qual ela teria que se desculpar publicamente, diz que não aceitou: “*Ele que deveria pedir desculpas às mulheres e mães de santo*”. Também afirma que a narrativa contada pelo ator no programa não pode ser lida como uma piada, segundo a ex-ministra: “*O estupro é um crime hediondo, então jamais será brincadeira. É uma apologia ao estupro, porque com o estupro não se brinca*”. Podemos notar que aqui a questão do estupro da mãe de santo volta à cena, a ex-ministra aborda tanto a questão da *apologia ao estupro*, quanto do *estupro* como um *crime*, mas, a questão do preconceito religioso e racial não é mencionada.

Antes da audiência, que ocorreu numa terça-feira às 9h da manhã, feministas, principalmente ligadas à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e ao Partido dos Trabalhadores (PT), *criam* um evento público no Facebook para apoiar a ex-ministra, intitulado: “*Manifesto Feminista*”

*A Favor Da Revogação E Contra A Apologia Ao Estupro*”. O evento ocorreu em frente ao Fórum Civil João Mendes Junior, em São Paulo. As manifestantes mulheres, feministas e grisalhas (em sua maioria) traziam suas faixas e seus numerosos cartazes feitos à mão, que rapidamente eram distribuídos para as mulheres que iam chegando – apenas para as mulheres. Nos cartazes havia algumas frases curtas: “*exigimos justiça*”, “*estupro não é piada, é crime*”, “*não à cultura do estupro*”, “*somos todas (nome da ex-ministra)*”, “*pela revisão da pena*”, “*estupro não tem graça*”. Um cartaz maior trazia a seguinte frase: “*Fazer sexo com mulher desacordada é estupro! (nome do ator) estupra!*”. Do outro lado, militantes do Movimento Brasil Livre (MBL), em menor número, que estavam lá para apoiar o ator. De cada lado pelo menos um militante andava de um lado para o outro com um celular na mão gravando uma *live* no Facebook<sup>15</sup>.

Pelo o que percebi em campo, compunha o ato: militantes feministas, algumas independentes<sup>16</sup>, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da Marcha Mundial de Mulheres (MMM), todas identificadas por meio de suas camisetas, faixas e broches. Conversando com algumas, percebi que muitas delas eram amigas próximas da ex-ministra. Durante a maior parte da manifestação, as mulheres lá presentes retomavam o caso do programa *Agora É Tarde*, gritavam as frases escritas acima e pediam por justiça, pelo reconhecimento de que a tal cena se trata de um *estupro*. Algumas ainda pediam a prisão do ator, gritando: “*cadeia, cadeia, cadeia para estuprador*”.

Enquanto as mulheres feministas do lado esquerdo gritavam: “*Não à Cultura do Estupro*”, “*Estupro Não é Piada, é Crime*”, “*Somos Todas (nome da ex-ministra)*”, “*Exigimos Justiça*”, “*Cadeia para estuprador*”. Os militantes do Movimento Brasil Livre do lado direito gritavam: “*Fora (nome da ex-ministra) Golpista*”, “*Não à pedofilia*”, “*Abortistas não passarão*”, “*Feministas abortistas não passarão*”, “*feministas vagabundas não passarão*”.

As mulheres do lado esquerdo, reivindicavam:

Estamos aqui, porque somos todas (nome da ex-ministra), porque a ministra está sendo acusada pelo ator (nome dele), porque ela, assim como todas nós, está defendendo o direito das mulheres, por isso não podemos naturalizar a atitude do estupro, esse ator pornô é um estuprador, é por isso que estamos aqui, para defender (nome da ex-ministra), para defender todas as mulheres do machismo, da violência. E exigir que o Estado puna os estupradores. Viva (nome da ex-ministra)!

Como podemos observar, ambos os lados empreendem narrativas morais e moralizantes que têm como efeito regular os discursos daqueles que discordam dos seus, avaliando, julgando e sancionando normas sociais (FASSIN, 2008). Podemos notar, novamente, que a narrativa empreendida por esses setores ligados a movimentos sociais e feministas julgam o ator como “imoral” por ele ter sido ator pornô,

além de articular esse fato como uma possível justificativa para cometer um estupro. Ou seja, não basta dizer que ele é “*um estuprador*”, me parece uma necessidade dizer que ele é um “ator pornô estuprador”. Além da construção da *figura do estuprador*, a construção da *vítima mulher*, que sob a aparente neutralidade e universalidade do termo “mulher”, esconde-se uma multiplicidade de vetores de produção da subjetividade: sexo, raça, classe, sexualidade, idade, funcionando como um instrumento de normatização e de controle político, como ressalta Tereza de Lauretis (1990).

A audiência termina, a ex-ministra é absolvida e sai de mãos dadas com a vereadora do PSOL. As mulheres, ainda em frente ao Fórum, comemoram, formam uma ciranda e cantam palavras de ordem. A ex-ministra diz: “*essa é uma vitória de todas as mulheres*”. O ator, após a audiência, produz um vídeo que foi compartilhado em sua conta pessoal no *Twitter*, comentando sobre o resultado da audiência, em vídeo, visto 15.424 vezes no *YouTube*<sup>17</sup>, ele comenta: “*fui julgado por um ativista do movimento gay, ele não julgou com a cabeça, ele julgou com a bunda*”. No mesmo vídeo, os advogados de defesa do ator comentam que: “*a decisão não foi jurídica, se trata de uma decisão política tomada pela esquerda*” e concluem o vídeo dizendo que vão recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF). A absolvição da ex-ministra em segunda instância gera produção de novos conteúdos, tanto na “mídia comercial” quanto na “mídia alternativa”. Em relação às produções da “mídia comercial” após a segunda instância em comparação às produções após a primeira instância, pude notar uma mudança na abordagem dessas mídias em relação ao conteúdo, nessas últimas produções a questão da *apologia ao estupro* apareceu com mais ênfase, embora as matérias tenham sido mais voltadas ao tom informativo.

## CONCLUSÃO

Este caso torna-se emblemático para discutir como as disputas midiáticas e políticas em torno dos significados das categorias ligadas a *violência sexual* estão se constituindo através de disputas constantes entre setores que compõem a esfera pública, o que permitiu entender, pelo menos em parte, como esses setores operam, como se influenciam e são influenciadas pelos movimentos sociais e pelo sistema judiciário, quais as disputas que ocorreram e como ocorreram, entendendo que todos esses setores são produtores de ideias culturais acerca do feminino e do masculino, como uma “tecnologia de gênero” (DE LAURETIS, 1994). Além disso, essa pesquisa me permitiu refletir como esses processos e discursos estão permeados por silenciamentos e moralidades. Pude perceber o quanto os movimentos sociais e feministas, através das redes sociais, promoveram a visibilidade do caso. Ademais, seguindo o fluxo



desses conteúdos e as reflexões de Sônia Alvarez (2014), percebi que esses setores formam uma rede: compartilham informações, *posts* e *notas* entre si. Redes essas que embora constituídas na internet acabam também aprofundando contatos com organizações políticas e grupos feministas já existentes.

Essas movimentações e discussões nas “mídias sociais” fizeram com que a “mídia comercial” (hegemônica e não hegemônica) e o sistema judiciário pensassem sobre as noções de *cultura do estupro*, *apologia ao estupro* e *estupro*, além da discussão sobre os limites da liberdade de expressão. Apesar da “mídia comercial” e do sistema judiciário não compreenderem essas noções da mesma forma que os movimentos sociais, houve concessões. A história que anteriormente foi lida por parte da “mídia comercial” apenas como uma cena de *sexo*, passou após as discussões nas *redes sociais* a ser lida como um *suposto estupro* – em que as categorias *sexo sem ou com consentimento* foram discutidas. A categoria *apologia ao estupro*, durante esse processo, também passa a ser aceita e discutida por esses setores. Além do programa de entrevista “*Agora É Trade*” ter sido cancelado um mês após a repercussão na internet.

Notei que os conteúdos e discussões produzidas no ano de 2015 na “mídia não comercial” (alternativa) priorizaram as discussões em torno da categoria *cultura de estupro*. Nessas produções, enquanto a categoria *cultura de estupro* foi bem trabalhada, na maior parte das vezes, acompanhada de explicações e exemplos, a categoria *estupro* foi “dada”, apenas tipificada como um *crime*, o que demonstra que para esses setores é evidente que a cena se trata de um *estupro*. Já os conteúdos e discussões produzidas pela mídia comercial no ano de 2015, apenas por conta da repercussão que o caso teve nas redes sociais, giraram em torno dos questionamentos “*se foi ou não estupro*”. A questão era compreender se houve ou não *consentimento* – categoria introduzida nessas produções a partir das discussões feitas nas “mídias sociais”. Nessas produções, a categoria *estupro* aparece como *sexo sem consentimento*, mas poucas vezes como *crime*. Portanto, podemos notar que a noção de *estupro* não é perceptível para todos os setores. Já na segunda parte do campo, que teve início após as declarações da ex-ministra, a discussão sobre *apologia ao estupro* foi priorizada tanto na mídia comercial quanto na mídia não comercial, tanto por se tratar de um caso que se deu a partir da abertura de um processo, ou seja, um caso mais judicial do que midiático, quanto por conta de se tratar de uma categoria que é mais adequada ao contexto jurídico.

Por fim, podemos notar tanto na primeira parte do campo quanto na segunda um esforço dos movimentos sociais em construir a figura da *vítima*, que se transformou na figura de *vítimas*, no “*todas nós mulheres*” *vítimas* da *cultura do estupro*; ao mesmo tempo em que essa figura foi sendo construída, foi-se construindo, por outro lado, a figura

do *estuprador*, representada pelo ator, como um homem depravado moralmente. Embora haja uma diferença dos setores que compõem o que estou chamando de “mídia alternativa”, nas duas fases do campo – a primeira composta majoritariamente por movimentos feministas jovens e a segunda por movimentos feministas e movimentos de mulheres ligados ao Partido dos Trabalhadores – pude perceber que a gramática moral desses movimentos sociais é semelhante, pois partem da ideia da identidade “mulher” (universal) para construir a categoria da *vítima*.

## NOTAS

1. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer às organizadoras e organizadores da VII edição do Prêmio Lévi-Strauss, parte da 32ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA, e à própria Associação Brasileira de Antropologia - ABA pelo prêmio. Em segundo lugar, à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP (Processo nº 2017/08060-3), que financiou por quase dois anos a pesquisa que deu origem a esse artigo. Em terceiro, às pessoas que fizeram parte desse processo, à minha orientadora, Professora Doutora Heloisa Buarque de Almeida (DA-USP), às pesquisadoras e pesquisadores do Grupo de Estudos de Gênero, Mídia e Desigualdades, nomeado carinhosamente de Bruxaria, subgrupo do Núcleo de Estudos dos Marcadores Sociais da Diferença da Universidade de São Paulo - o Numas. E, por fim, às conversas e leituras atentas e generosas das pesquisadoras Carolina Parreiras, Débora Cajé Yamamoto e Nicole Christine Baumgarten.

2. Optei pela escolha ética e moral em não citar diretamente o nome de nenhum interlocutor por considerar que posso abrir um flanco de exposições. Além disso, pelo mesmo motivo, optei em não citar diretamente as páginas de Facebook e *blogs*, ainda que o conteúdo produzido por elas tenha sido reproduzido e citado em produções da mídia comercial (tanto na hegemônica quanto na não hegemônica).

3. As frases, os fragmentos, as narrativas e as expressões retiradas do trabalho de campo estão em itálico. Já os conceitos/termos éticos e as citações bibliográficas estão entre aspas e seguidas de sua referência.

4. Penso o conceito de “imprensa comercial hegemônica” a partir do conceito de “mídia hegemônica”, elaborado por Raymond Williams (2016). Para o autor, as “mídias hegemônicas” seriam aquelas de grande circulação, que apresentam uma produção de empresa comercial apoiada em anunciantes. Nesses termos, a pesquisadora Heloisa Buarque de Almeida (2007, 2013) aponta que o poder desse tipo de mídia se relaciona com o seu papel econômico, cultural e comercial, além de se estabelecer como parte central da sociedade contemporânea.

5. Resolvi adotar o conceito de “mídias comerciais não hegemônicas” para enquadrar aquelas mídias que são financiadas por empresas, mas que não possuem grande alcance.

6. Penso o conceito de “mídias alternativas” a partir da definição proposta por Nick Couldry e James Curran (2003), que sugerem tratar essas mídias levando em consideração seu caráter abrangente e flexível. Além disso, os autores apontam que o próprio formato das produções dessas “mídias alternativas”

acaba desafiando a concentração de poder das “mídias hegemônicas”.

7. O Facebook é uma plataforma lançada em 2004 pelo estadunidense Marc Zuckerberg, atualmente é considerada a maior plataforma de rede social em operação no mundo, tendo, em 2011, superado o *Google* como local mais acessado na internet. Para pensar essa plataforma adoto o conceito de “mídia social”, formulado por Daniel Miller em seu projeto “Why we post: a global perspective on social media” para diferenciar redes sociais de outros tipos de mídia digital. O autor aponta a necessidade de pensar essas “mídias sociais” como plataformas usadas para diferentes fins, ou seja, elas precisam ser analisadas para além de suas formas e conteúdo. Assim sendo, o autor propõe que para compreender essas mídias é necessário adotar uma abordagem etnográfica. Dessa forma, optei por analisar apenas alguns *posts* de figuras públicas no *Twitter*. No Facebook optei por trabalhar apenas com o material produzido por “páginas de Facebook”, analisei também “eventos públicos de Facebook” e algumas “notas públicas”, além dos próprios perfis pessoais da ex-ministra, da atual deputada federal e do ator e atual deputado federal (ambos eleitos em 2018).

8. *Agora É Tarde* foi um programa de entrevistas de televisão brasileira produzido pela *Eyeworks* e originalmente exibido entre 2011 e 2015 pela Rede Bandeirantes.

9. Bandeirantes é uma rede de televisão aberta comercial brasileira que pertence ao Grupo Bandeirantes de Comunicação, e como outros grupos midiáticos no país é uma empresa familiar.

10. Programa de entrevistas exibido nos finais de noite com um lado cômico.

11. A tabela destinada à mídia comercial conta com 85 conteúdos, já a da mídia alternativa conta com 45 produções. Cada material foi lido atentamente e sistematizado na tabela – cada tabela conta com 37 colunas.

12. Termo usado para designar textos curtos, de caráter informativo e ou ensaístico em *blogs* e mídias sociais na internet.

13. O *print screen* é uma ferramenta que os computadores e celulares tem de capturar uma imagem da tela e funcionam como fotografias.

14. Nessa primeira instância o processo foi julgado por apenas um juiz e sem a participação dos interessados e dos advogados de defesa.

15. Mecanismo presente nas redes sociais, como o Facebook, para fazer vídeo ao vivo.

16. Militantes que se dizem feministas, mas não faz parte de nenhum coletivo, movimento feminista ou partido.

17. Esse dado foi coletado no dia 5 de janeiro de 2018.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Heloisa Buarque. Consumidoras e heroínas: gênero na telenovela. *Revista Estudos Feministas*, v. 15, n. 1, p. 177-192, 2007.

ALMEIDA, Heloisa Buarque. From Shame to Visibility: Hashtag Feminism and Sexual Violence in Brazil. *Sexualidad, salud y sociedad*, v. 33, 2019.

ALMEIDA, Heloisa Buarque. Mídia, Sociedade e Cultura. In: ALMEIDA, H.; SZWAKO, J. H. B. (Orgs.). *Local Global*. São Paulo: Editora Berlendis, 2013

- ALMEIDA, Heloisa Buarque; MARACHINI, Laís Ambiel. De médico e de monstro: disputas em torno das categorias de violência sexual no caso Abdelmassih. *Cadernos Pagu*, n. 50, 2017.
- ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *Cadernos Pagu*, n. 43, p. 13-56, 2014.
- BELELI, Iara. O imperativo das imagens: construção de afinidades nas mídias digitais. *Cadernos Pagu*, n. 44, p. 91-114, 2015.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão de identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- CRENSHAW, Kimberle Williams. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color. BAILEY, Alison; CUOMO, Chris (Eds.). *The Feminist Philosophy Reader*. New York: McGraw-Hill, 2008. p. 279-309.
- COULDRY, Nick; CURRAN, James. The Paradox of Media Power". In: COULDRY, Nick; CURRAN, James (Orgs.). *Contesting Media Power: Alternative Media in a Networked World*. Lanham, MD: Rowman & Littlefield, 2003.
- EFREM FILHO, Roberto. A reivindicação da violência: gênero, sexualidade e a constituição da vítima. *Cadernos Pagu*, n. 50, 2017.
- DE LAURETIS, Teresa. A Tecnologia do Gênero. In: HOLLANDA, H. B. (Org.). *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1994.
- DE LAURETIS, Teresa. Eccentric subjects: feminist theory and historical consciousness. In: *Feminist Studies*, v.16, p. 115-150, 1990
- FASSIN, Didier. Beyond good and evil? Questioning the anthropological discomfort with morals. *Anthropological Theory*, n. 4, p. 333-344, 2008.
- FRASER, Nancy. Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy. *Social Text*, n. 25/26, p. 56-80, 1990.
- HABERMAS, Jurgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa*. Trad. Denilson Luís Werle. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- HALL, Stuart. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.
- HINE, Christine. *Virtual ethnography*. California: Sage Publications Ltd, 2000.
- HINE, Christine. *Ethnography for the Internet: Embedded, Embodied and Everyday*. London: Bloomsbury Academic, 2015.
- HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. Editora 34, 2017.
- HORST, Heather; MILLER, Daniel. *Digital Anthropology*. London: Berg, 2012.
- HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos: Uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

- LANDINI, Tatiana Savoia. Violência sexual contra crianças na mídia impressa: gênero e geração. *Cadernos Pagu*, n. 26, p. 225-252, 2006.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. Etnografia como prática e experiência. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, n. 32, p. 129-156, 2009.
- MARCUS, George. *Ethnography through thick and thin*. New Jersey: Princeton University Press, 1998.
- McCLINTOCK, Anne. *Couro Imperial: raça, gênero, sexualidade no embate colonial*. Campinas: Editora Unicamp, 2010.
- MILLER, Daniel; SLATER, Don. Etnografia on e off-line: cibercafés em Trinidad. *Horizontes Antropológicos*, n. 21, p. 41-65, 2004.
- MILLER, Daniel (Ed.). *Digital anthropology*. London: Berg, 2012.
- PARREIRAS, Carolina. *Sexualidades no pontocom: espaços e (homo) sexualidades a partir de uma comunidade on-line*. 2008. 248 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – IFCH, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.
- PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. *Horizontes Antropológicos*, 2014.
- RAMOS, Jair de Souza. Toma que o aborto é teu: a politização do aborto em jornais e na web durante a campanha presidencial de 2010. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 7, p. 55-82, 2012.
- RUBIN, Gayle. Pensando o sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade. In: RUBIN, Gayle. *Políticas do sexo*. São Paulo: Ubu Editora, 2017. p. 63-128. (Coleção Argonauta).
- SARTI, Cynthia. A vítima como figura contemporânea. *Caderno CRH*, v. 24, p. 51-61, 2011.
- SARTI, Cynthia. A construção de figuras da violência. *Horizontes Antropológicos*, n. 42, p. 77-105, 2014.
- WILLIAMS, Raymond. *Televisão: tecnologia e forma cultural*. Minas Gerais: Editora PUC Minas; Boitempo, 2016.